



Leandro Macedo
Alvaro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO, REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E QUINZE

Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e quinze, nesta Vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal com a presença de vinte e cinco membros, constantes no respetivo livro, tendo-se verificado as ausências da senhora **Eugénia Maria Pereira Lima Paixão Lopes**, que justificou a sua falta e dos senhores **Presidentes das Uniãos de Freguesias de Paradela e Granjinha e Távora e Pereiro**, respetivamente, António César de Jesus e Manuel Adriano Moreira da Silva. -----

A União de Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira esteve representada pelo senhor secretário, **Leonel Cristóvão Dias Fernandes**. -----

A sessão foi presidida pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo** e secretariada pelo senhor **Álvaro Correia Soares Martinho** e senhora **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira**, tendo o executivo municipal sido representado pelo senhor Presidente **Carlos André Teles Paulo de Carvalho** e senhores vereadores **José Carlos Oliveira Silva, José João Monteiro Patrício e Manuel dos Santos Costa**. -----

Após a saudação a todos os presentes, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, abriu os trabalhos quando eram nove horas e quinze minutos, para concluir a reunião de vinte e sete de fevereiro, que foi interrompida por falta de quórum e cuja Ordem de Trabalhos consta na ata anterior. -----

A senhora deputada **Joana Duarte Oliveira Saraiva Ribeiro** interpelou a Mesa da Assembleia, para saber qual o motivo de não ser lida a ata da reunião anterior, ao que o senhor Presidente da Assembleia respondeu, que pelos motivos invocados a mesma seria lida em simultâneo com a ata de abril. -----

De seguida foi dada a palavra ao senhor deputado **António Paulo Lopes Correia Cunha Mota**, que se pronunciou também sobre o mesmo assunto, não achando correto que a leitura da ata fosse adiada, voltando a manifestar o seu descontentamento pelo facto de o senhor vereador **João Ribeiro**, não ter sido autorizado a defender a sua honra, que culminou na saída da sala dos senhores membros do Partido Socialista levando à falta de quórum. -----



Armando Veiga
a.e.f.
Alvar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

O senhor deputado disse ainda que face ao anúncio de que os votos de pesar, apresentados na reunião anterior e não votados, deviam ser sujeitos a votação nesta reunião e não na seguinte uma vez que haviam sido apresentados na reunião de fevereiro. -----

Após alguns esclarecimentos feitos pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre as intervenções anteriores, foi pelo senhor Presidente da União de Freguesias de Barcos e Santa Leocádia, **Armindo Fernando Barradas**, apresentado um Voto de Pesar, pelo falecimento do ex-Presidente da Junta de Freguesia do Pereiro, senhor **João Augusto Paiva**. -----

Um outro Voto de Pesar foi apresentado pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Granja do Tedo, **José António Veiga Lopes** pelo falecimento do ex-deputado desta Assembleia, senhor **José Rodrigues**. -----

Finalmente, a senhora deputada **Rosa Maria Alves de Sousa**, apresentou à Mesa um Voto de Pesar pelo falecimento da religiosa senhora **Olímpia de Jesus Soeiro Coelho**, irmã do senhor **Padre Dinis Soeiro Coelho**. -----

Colocados à votação de forma individual, os três votos de pesar, foram aprovados por unanimidade. -----

Entrando de seguida na Ordem de Trabalhos, foi lido o **PONTO UM**, da convocatória relacionada com a informação escrita do senhor Presidente da Câmara, nos termos do preceituado na alínea c) do nº 2 do art.º 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Passando de imediato ao **PONTO DOIS** respeitante à apreciação e votação da Moção respeitante ao Hospital de Lamego, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o ofício sobre este assunto enviado pela Assembleia Municipal de Lamego. -----

Pela relevância do assunto contido nesta Moção, entende o senhor Presidente da Assembleia que é de todo benéfico para a região aprovar esta Moção, previamente distribuída pelos senhor membros e que entre outras coisas e em reunião dos comissários da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDouro) ficou decidida a elaboração de um caderno de reivindicações, para que junto das entidades, nomeadamente do Governo, pudesse haver uma voz mais ativa onde nessas mesmas reivindicações estejam elencadas todas as necessidades e valências a prestar às populações do Douro Sul, já que o Hospital de Lamego está na dependência do Centro Hospitalar de Vila Real e muitas dessas valências podiam e deviam ser descentralizadas evitando assim que os utentes se tenham de deslocar a Vila Real e com esses serviços



Landes Tech
aep
Aha

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

prestados em Lamego só facilitaria a mobilidade das nossas populações como descongestionava as instalações de Vila Real. -----

Dada a palavra a quem o desejasse, usou desse direito o senhor deputado **Paulo Mota**, para manifestar a discordância a um parágrafo da Moção onde diz, que seria urgente pedir uma audiência ao senhor Secretário da Saúde para uma delegação composta pelos senhores Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal de Lamego e Comissão Municipal de Saúde entende o senhor deputado, que apesar de previamente anunciar o seu voto favorável a esta Moção, lamenta que a citada delegação seja composta apenas por elementos de Lamego, sugerindo que a mesma devia ser alargada a mais representantes de outros concelhos. -----

O senhor deputado **Moutinho de Carvalho**, usou da palavra para, sobre esta questão dizer que esta situação não era nova, porque a remodelação prevista a nível de organização do Serviço Nacional de Saúde leva a questionar muitos cortes relativamente à prestação de cuidados à maneira como, onde e por quem são prestados, porque a população vai vendo cair certos serviços e continuam impávidos e serenos e só mesmo à última da hora se tomam medidas para evitar o que muitas vezes se torna inevitável. -----

Quanto à altura em que é apresentada a Moção e porque é *in extremis*, o senhor Deputado dúvida da eficácia desta ação, porque a existência de um Centro Hospitalar com uma área de cobertura que vem desde Chaves, Vila Real, Régua e Lamego obriga necessariamente à integração e divisão de serviços, não sendo de todo uma novidade porque estas mudanças estavam delineadas há muito tempo pelas instâncias superiores. -

O senhor deputado terminou com um reparo a uma intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal quando disse que a população de Vila Real não ficaria satisfeita, quando os utentes de outras terras fossem ocupar as suas camas, preferindo antes dizer que as camas são de todos e para todos. Em relação à audiência com o senhor Secretário de Estado, o senhor deputado **Moutinho de Carvalho**, gostaria de que ao Ministro da Tutela fosse transmitido tudo aquilo que a dita delegação vai dizer, porque a delicadeza deste assunto exige que seja tratado ao mais alto nível. -----

O senhor Presidente da Câmara, ainda sobre este assunto usou da palavra para elucidar o plenário que a sugestão deixada pelo senhor deputado **Paulo Mota**, quanto ao alargamento da comissão tem toda a legitimidade, mas apesar de o senhor Presidente da Câmara de Lamego ser também o Presidente da CIMDouro, não abrange todo o território já que Cinfães e Resende não faz parte desta Comunidade Intermunicipal e está de acordo que a comissão seja alargada onde esteja incluído o Presidente do ACES Douro Sul, que foi eleito por unanimidade pelos Presidentes das Câmaras e reúnem com alguma periodicidade. -----



Paulo Mota
Alegre
Apar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

O senhor Presidente da Assembleia Municipal manifestou o acordo com os intervenientes sobre esta questão e disse que existe um estudo que melhora o atendimento por parte do Hospital de Lamego, que não se limita apenas a valências, mas também a formas de internamento naquela e noutras Unidades Hospitalares. É de todo o interesse que a comissão seja o mais ampla possível onde se possam incluir outros concelhos que não fazem parte da CIMDouro, para que a solidariedade seja alargada e possa haver uma voz unânime e mais forte na defesa da saúde de toda a população, fazendo com que se corrijam algumas deficiências nos serviços, como seja a distribuição equitativa de pessoal técnico nos vários hospitais. -----

O senhor deputado **Moutinho de Carvalho** voltou a intervir para dizer que embora a delegação seja alargada o mais possível, certo é que depois a comissão a ser recebida pelo governante em Lisboa será de dois ou três e o importante é que haja divulgação através dos vários meios, dando a seguir alguns exemplos para a distribuição de médicos nos vários serviços para que os mesmos tenham funcionalidade aceitável. -----

O senhor deputado **Paulo Mota** voltou a usar da palavra para dizer que na sequência do debate, não compreende como é que seis meses após a aprovação da Moção pela Assembleia Municipal de Lamego, ainda não foi feita a reunião entre a comissão e o senhor Secretário de Estado, facto que considera lamentável voltando a insistir no alargamento da comissão por Presidentes de Câmara e de Assembleia Municipal. -----

Terminadas as intervenções sobre este assunto, foi o mesmo sujeito a votação e aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado **Paulo Mota** fez ainda uma declaração de voto, que será parte integrante desta ata e com o seguinte conteúdo: Votei favoravelmente a Moção apresentada pela Comissão Municipal de Saúde de Lamego, por concordar com as razões que a motivam e pela essência que a envolve, discordando contudo que a Comissão a reunir com o senhor Secretário de Estado seja apenas composta pelos senhores Presidentes da Câmara, Assembleia Municipal e Comissão Municipal de Saúde de Lamego e seja alargada a outros Presidentes de Câmara e Assembleia Municipal do Douro Sul. -----

Passando de imediato ao **PONTO TRÊS** sobre a apreciação do teor da missiva emanada da **UNIDADE HOSPITALAR DE LAMEGO**, respeitante às vantagens da cirurgia de ambulatório no Hospital de Lamego. -----

Sobre este assunto pronunciou-se o senhor Presidente da Assembleia Municipal, para classificar este trabalho como meritório que está a ser levado a cabo pela senhora Dra. Lúcia Marinho na defesa do Hospital de Lamego, das valências que deverá ter, e o apoio



Handwritten signatures: "Rando Tab" and "Alvar".

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

que merece ser prestado às populações, já que o estudo aponta para experiências vividas noutros países como seja o apoio domiciliário evitando desta maneira a falta de camas nos hospitais, como acontece agora. -----

O senhor deputado **Moutinho de Carvalho** em relação ao atraso a outros países deixou alguns exemplos, nomeadamente em países nórdicos, onde há duas décadas nomeadamente na Suécia onde se pensou acabar com as maternidades e criar serviços móveis com viaturas adaptadas e totalmente equipadas para que aí se fizessem os partos, se não fosse possível realizá-los na própria residência, mas passados alguns anos voltaram novamente ao sistema inicial, porque a rentabilidade com o novo método era baixa, não em termos de custos mas de eficácia. O senhor deputado manifestou algumas dúvidas sobre o aproveitamento no internamento domiciliário, tendo em conta as condições nas residências e deu como exemplo a experiência do hospital de S. Sebastião em Santa Maria da Feira, que foi pioneiro nesse sistema a nível nacional, que apesar de reduzir a taxa de ocupação de camas, verificou-se depois que as infeções eram terríveis, sendo estes impulsos muitas vezes não ponderados e acaba por se verificar que a decisão não tenha sido a melhor, concluindo que a taxa de ocupação tinha baixado com o internamento domiciliário, voltou a disparar drasticamente. -----

O senhor deputado concluiu, que não gostaria de ver nas nossas freguesias este sistema, porque não passa de uma ilusão. -----

Seguidamente entrou em discussão o **PONTO QUATRO** da convocatória relacionado com a **apreciação do relatório de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Tabuaço, referente ao ano 2014.** -----

Em relação a este ponto, pronunciou-se o senhor deputado **Paulo Mota**, dizendo que seria de bom-tom que um relatório destes apresentados por Técnicos do Município à Assembleia Municipal fosse precedido de um texto e um resumo que eliminasse a impressão de ser um formulário eletrónico e desse a entender o que realmente tem sido feito a esse nível no decorrer do ano a que se refere o relatório, para uma melhor compreensão do mesmo. -----

Dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, disse em relação à intervenção do senhor deputado **Paulo Mota**, que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, não é composta por técnicos da Câmara Municipal, mas sim abrangente e transversal e teremos de aceitar os documentos enviados por aquele organismo que é isento, mas é possível que os elementos representativos desta Assembleia e da Câmara na Comissão possam fazer chegar a sugestão de que no próximo ano a metodologia do trabalho seja outra. -----



Ronaldo T. Cabral
Alegre
Alar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

De seguida deu-se entrada no **PONTO CINCO** para Votação da alteração ao PIOTADV – Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (cfr. artigo 79º, nº 1, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, e subseqüentes alterações. -----

Em relação a este assunto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal chamou a atenção dos senhores deputados, para o facto de o tempo que mediou a última reunião e a deste dia, houve uma verificação por parte do Secretariado Executivo da CIMDouro, de uma incorreção que existiria na versão final que foi proposta às Câmaras e foi a todos disponibilizada no mês de fevereiro, mas que está obsoleta, teve de voltar a reunião de Câmara e por isso na reunião respeitante ao mês de fevereiro não constará. -----

Para uma melhor explicação sobre o que realmente aconteceu, foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara que começou por dizer, que este é um projeto encomendado a uma empresa de Consultoria, os municípios de forma unânime reconheceram que havia algumas situações que à partida eram proibitivas à aprovação, nomeadamente a aprovação e edificação fora daquilo que é o território urbano do Alto Douro Vinhateiro e a questão do declive da plantação das vinhas, situações essas que após muito esforço e depois de criadas algumas incompatibilidades até mesmo entre os donos do estudo e empresa projetista, foi conseguido que na parte que diz respeito à edificação, remeta para aquilo que é o PDM, de cada um dos municípios que compõem a área integrada no estudo, e uma vez que a maior parte deles têm já o seu PDM revisto, e extremamente exigente com aquilo que são as normas de edificação e construção, foi entretanto alcançado o entendimento para que não houvesse essas restrições, já que ninguém melhor que as Câmaras e Assembleia Municipais para onde essas decisões devem ser remetidas. Outra situação que vem no texto alterado em que a plantação de vinha com encostas de declive superior a cinquenta por cento é interdita, salvo quando a parcela de destino estiver ocupada por vinha ou olival armado com muros e ainda por mortórios. Sendo assim ficam estes pontos salvaguardados, apesar de todas as aprovações feitas em fevereiro, vão ser alvo em abril de uma alteração em relação ao que foi feito no mês atrás citado, sugerido também que foi pelo departamento jurídico da CIMDouro, sendo que todas as Assembleias que já haviam aprovado a medida vão ter de ratificá-la novamente. Neste caso, o senhor Presidente da Câmara disse que o melhor seria seguir as instruções jurídicas da CIMDouro, que aconselha a sua aprovação agora, uma vez que nada havia sido feito anteriormente e, nesse sentido, ou seja proceder à votação nesta reunião de abril, porque se for feito na de fevereiro, tem de ser corrigido. --

Tendo em conta todo o exposto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal sugeriu de acordo com o Regimento, a exclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos, passando para a reunião seguinte. -----



Handwritten signatures: "Ribeiro Saraiva" and "Paulo Mota".

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

A senhora deputada **Joana Duarte Oliveira Saraiva Ribeiro** usou da palavra para dar uma outra sugestão, mas não chegou a apresentar após as explicações do senhor Presidente da Assembleia e que tinha a ver com a disposição de votação ou não na reunião de fevereiro. -----

O senhor deputado **Moutinho de Carvalho**, usou da palavra para dizer que não se pode fazer de conta sobre estes assuntos e apelou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que as alterações à Ordem de Trabalhos devem ser postas antes do início desses mesmos trabalhos, sabendo o senhor Presidente que isto se estava a passar podia colocar essa alteração, considerando na mesma a retirada desse ponto e quando voltasse a ser agendada para alteração ou versão final, porque embora se lhe chame alteração é fundamental e determinante para muitas pessoas, porque a maior parte das encostas tinha muito mais de cinquenta por cento de declive e foi o povo desta região que resolver construir socacos que determinou que as vinhas fossem plantadas tal como estão. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal invocou o regimento, onde não consta se um ponto deve ser retirado antes ou durante os trabalhos, agradecendo todas as achegas que possam ser dadas por quem puder, de maneira a melhor o funcionamento, tendo a senhora deputada **Joana Ribeiro** dito que apesar de não estar na posse da lei que lhe permitiria esclarecer esta situação, seria de bom senso que tendo conhecimento com antecedência, procedesse de imediato a eliminá-la da Ordem de Trabalhos. -----

Para fazer um ponto de ordem do debate, segundo as suas palavras foi dada a palavra ao senhor deputado **Paulo Mota**, querendo saber se antes da reunião de fevereiro o assunto tinha ido a reunião de Câmara e depois analisou as várias passagens cronológicas do documento, concluindo que podia ser votado na reunião respeitante ao mês de fevereiro e posteriormente a alteração na reunião do mês de abril. Concordou o senhor deputado, com os pontos explanados pelo senhor Presidente da Câmara que considera pertinentes, sobretudo a que seja permitida a plantação de vinha em locais com mais de cinquenta por cento de declive, mas onde já existiam plantações ou mortórios no passado, que vem beneficiar os vinicultores, que a nada ser feito iam fazer com que muita gente ficasse limitada na execução desses projetos que continuam em vigor neste novo Quadro Comunitário. -----

O senhor Presidente da Câmara voltou a intervir, para esclarecer que o PIOTADV original é do ano de 2003 e esta regulamentação é o ponto de partida para a alteração que terá sempre de ser votada e não vê qualquer problema em não seguir a sugestão dada pelo senhor deputado **Paulo Mota** em relação às votações. -----

Posteriormente o senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a insistir na necessidade da retirada deste ponto da convocatória de fevereiro, embora fique escrito



Paulo Mota
Moutinho de Carvalho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

em ata todos os motivos que levaram a tal decisão como seja a deteção de um erro no documento original, que obrigaria a ser apresentado na reunião seguinte. -----

O senhor deputado **Paulo Mota** apresentou uma contra proposta com os seguintes dados: tendo em conta o debate estabelecido sobre o assunto e as informações dadas pelo senhor Presidente da Câmara, não ficaria de bem com a sua consciência se não votar contra um documento que foi apresentado em fevereiro e que pelos motivos apresentados pelo senhor Presidente da Câmara se encontra errado, e por isso não pode ocultar um documento que até já foi aprovado pelo executivo municipal e concluírem que o documento estava errado.-----

O senhor deputado **Moutinho de Carvalho** voltou a usar da palavra para dizer que a Ordem de Trabalhos se mantém ou não, se sim reprovam por saber que há um erro, se o ponto for retirado ou apenas for adiado, então da próxima vez estarão todos cientes de todas as situações, ficando resolvida a situação, mas tem de se partir deste princípio e desta sequência. -----

O senhor Presidente da Câmara, disse ainda que o erro foi de transcrição e não de conteúdo, não tendo este último sido alterado, apenas um lapso de transcrição por parte da equipa responsável pela elaboração. -----

Terminadas as intervenções sobre o assunto, a retirada deste ponto foi colocada à votação, tendo sido aprovada, por maioria, com vinte e três votos a favor e duas abstenções. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal fez uma proposta no sentido de que terminassem os trabalhos remetendo as intervenções do último ponto de assunto de interesse para o Município, para a reunião seguinte, logo não aceite pelo senhor deputado **Moutinho de Carvalho** dizendo que não estava na reunião de fevereiro mas sim na de abril, sendo esta reunião reconvocada, e este ponto consta também na Ordem de Trabalhos, apesar de compreender o jeito que daria adiar para a seguinte e então se se retira tem de propor para que isso seja concretizado, tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal respondido que não o propõe retirar, mas apenas sugerir que assim fosse uma vez que vai a tempo para debater no ponto igual mas na reunião seguinte, não querendo com isso prejudicar qualquer intervenção pretendida pelos senhores membros desta Assembleia. -----

O senhor deputado **Paulo Mota** na sua intervenção disse que lamentava esta atitude, porque a mesma não era mais que o limitar a intervenção dos membros da Assembleia, compreendendo que se trata da gestão do tempo, mas a marcação de uma reunião para as nove horas e outra logo a seguir para as onze horas, não é mais que uma tentativa de



Paulo Mota
Agora

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

limitação da intervenção, porque se pode determinar o início da reunião o mesmo já não acontece com o fim da mesma. -----

O senhor deputado disse não poder abdicar do uso da palavra neste último ponto, porque por motivos profissionais, dificilmente poderia estar na reunião seguinte e falou da troca de uns *e-mails* com o senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre a auscultação de uma gravação da sessão de vinte e seis de abril de 2014, com a qual concordou e na resposta disse que antes da referida auscultação seria necessário a tomada de algumas medidas, pois a gravação é apenas um suporte para a realização das atas e com vista à salvaguarda destes registos ordenou aos serviços que procedessem a realização de cópias de segurança em virtude de o atual sistema de gravação ser obsoleto e passível de ser danificado e apagado por erro de manuseamento. Uma vez concluídas as cópias de segurança, procederá de imediato à marcação da desejada auscultação conforme acordado. -----

Tendo em conta esta situação, o senhor deputado disse que o melhor seria o Município adquirir um novo sistema de modo a salvaguardar as declarações prestadas pelos intervenientes nas reuniões da Assembleia Municipal. -----

Um outro assunto colocado pelo senhor deputado **Paulo Mota** tem a ver com o corte de duas árvores devido ao alargamento do quartel dos bombeiros, tendo em conta o edital mandado afixar pelo senhor Presidente da Câmara que as ditas árvores estavam secas, e por isso afirmou que nada tem contra o abate de árvores desde que seja para benefício do concelho e dos munícipes, como é o caso cuja obra é fundamental para esta Associação Humanitária que todos devem encarar como fundamental, mas gostaria de saber qual o parecer técnico que sustenta a tese de que as árvores estão secas. -----

No seguimento da sua intervenção o senhor deputado apresentou à Mesa, após ter feito a leitura do mesmo, um Voto de Louvor e Reconhecimento, acompanhado pelo Curriculum Vitae, ao senhor Engenheiro Eduardo Manuel Martins da Silva pelos serviços prestados ao Município de Tabuaço. -----

Antes de passar à votação o senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu a algumas questões colocadas pelo senhor deputado **Paulo Mota**, como por exemplo a questão da auscultação da gravação, que o senhor Presidente da Assembleia Municipal entende como técnica mas muito relevante, que para além do material ser obsoleto tem a agravante de que muitos dos *minidiscs* estão a ser desgravados para serem reaproveitados nestas sessões, pelo facto não haver já no mercado e tal situação será ultrapassada apenas com a aquisição de novo equipamento. -----



Paulo Mota
Paulo Mota

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

O senhor deputado **Moutinho de Carvalho** relativamente à desgravação das reuniões, considerou isto como grave, porque uma vez gravado e com a anuência de todos os membros da Assembleia Municipal e das estruturas do Município, passa a ser história desta casa e se cada membro desta assembleia deve poder ouvir as suas intervenções, independentemente da autorização para tal estar regulamentada ou não. -----

Sobre este assunto, voltou a falar o senhor deputado **Paulo Mota** para considerar esta situação de alguma gravidade, porque não se pode apagar a história das intervenções realizadas nestas reuniões e apelou a quem de direito para que a este problema seja dada alguma prioridade numa solução imediata capaz de oferecer uma resolução já na próxima reunião. -----

O senhor Presidente da Câmara disse em relação ao sistema de gravação, que a curto prazo se arranjará uma solução e quanto ao abate das árvores, foi informado pelos serviços que duas delas estariam secas e em tempos falando com a equipa projetista das obras do quartel dos bombeiros para que fosse evitado tal corte. Para tal foi também pedido um parecer à empresa que já há alguns anos fez a limpeza dessas árvores e a resposta é que realmente uma delas estava seca, felizmente a que mais estorvaria e tudo será feito para evitar o corte, mas se não poder ser evitado não restará outra alternativa, porque apesar de todo choque emocional que há por parte de algumas pessoas, não se pode pôr em causa a construção das instalações do quartel dos bombeiros, pela sua importância que vai beneficiar e ser transversal a toda a população. O senhor Presidente da Câmara disse ainda, que há medida que os trabalhos se vão desenrolando, se analisará quais as que devem ser cortadas, sempre com o cuidado de o corte ser feito caso não haja outra forma de as preservar. -----

Quanto ao Voto de Louvor apresentado pelo senhor **Paulo Mota**, o senhor Presidente da Câmara disse que em relação ao engenheiro **Eduardo Silva** classificou-o de toda a legitimidade, mas disse que seria bom que ficasse claro, que tal decisão não tem nada de pessoal, de conotação ou partidarização das coisas, já que a decisão foi comunicada ao técnico em questão e insere-se na gestão de pessoal. -----

O senhor deputado **Paulo Mota** perguntou se a saída do técnico **Eduardo Silva** implicava a abertura de um procedimento concursal para aquela área, ao que o senhor Presidente da Câmara repetiu que a decisão tem a ver com a gestão dos serviços da Câmara Municipal e quanto ao concurso esse assunto foi entregue ao departamento de Recursos Humanos, que a seu tempo será feito, voltando a frisar que nada de pessoal esteve na origem do processo. -----

Terminada a discussão em torno deste assunto, foi o Voto de Louvor posto a votação e o mesmo foi aprovado por maioria com vinte e um votos a favor e quatro abstenções. -----



Luís Aguiar Ferreira
afar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

O senhor deputado **Luís Aguiar Ferreira**, solicitou a palavra para denunciar como falta de respeito a posição da Mesa da Assembleia, que não tem respondido, nem enviado aos vários membros os documentos e/ou informações feitas em reuniões anteriores. -----

Respondeu o senhor Presidente da Assembleia Municipal, que tais documentos ou esclarecimentos os tinha já em sua posse, para serem entregues aos membros que os solicitaram.-----

Seguidamente a senhora deputada **Joana Ribeiro**, na sua intervenção interpelou a Mesa, sobre a questão relacionada com as transferências de verbas para as juntas de Freguesia, dizendo ainda que por mais que uma vez havia dado a sua opinião jurídica sobre o assunto, lembrando que quer na reunião de dezembro de 2014 e em outras anteriores esta questão foi debatida, sendo referido pelo senhor Presidente da Câmara, que não há enquadramento legal para celebrar os acordos de execução com as juntas de freguesia, como a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, prevê. -----

Respondeu o senhor Presidente da Câmara para dizer que continua com a mesma opinião e dentro daquela que é a estabilização e rigor orçamental, haverá a oportunidade de fazer os protocolos para a delegação de competências com as juntas e isso é um compromisso assumido entre as partes, mas não pode ser feito enquanto as condições para tal não o permitirem. O senhor Presidente da Câmara disse também que não há tratamento diferente para com as juntas de freguesias, com a única exceção do caso do Canil de Tabuaço, mas também aí não há verbas adicionais, mas apenas um valor que a Câmara Municipal hoje transfere no âmbito do protocolo que se enquadra legalmente na legislação, com a entrega de uma verba que antes se dava a uma outra instituição de nome Cantinho dos Animais Abandonados de Viseu, sendo esta a única realidade existente, mas não acresce no valor transferido tendo esta transferência de poder sido feita apenas porque a instituição dos Animais de Viseu, se mostrou indisponível para continuar a sua colaboração e a alternativa encontrada foi a de transferir essas competências à Junta de Freguesia de Tabuaço. -----

O senhor Presidente da Câmara, lamentou que não se fale do primeiro ano do mandato anterior em que foram transferidos 48.000 euros, dos quais 30.000 euros foram para a Junta de Tabuaço, havendo oito ou nove juntas que nada receberam e mais duas ou três que receberam 500 euros, e numa altura em que era permitido fazer essas transferências e com maior receitas e não foram feitas. -----

Disse ainda o senhor Presidente da Câmara que mantém a esperança de ainda no decorrer do ano em curso se possam fazer alguns desses protocolos, que só serão executados havendo capacidade financeira, mas será justificado caso não se consiga concretizar essa pretensão. -----



Paulo Mota
Luís Aguiar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

A senhora deputada **Joana Ribeiro**, intervindo uma vez mais, disse que as verbas transferidas para a Junta de Freguesia de Tabuaço não se confinam apenas ao Cantinho dos Animais, mas sim para outras obras, lamentando que se consiga enquadramento legal para uma situação específica e não haja procedimento igual para outros casos e invocou ainda a lei que prevê a celebração desses acordos após 180 dias a contar da tomada de posse, que prevê os Recursos Humanos, Patrimoniais e Financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências.-----

Ao senhor Presidente da Câmara foi dada novamente a palavra para responder à senhora deputada **Joana Ribeiro**, dizendo que a maior parte das juntas do concelho não têm a capacidade necessária para assinar os protocolos com as condições acabadas de ser anunciadas pela senhora deputada, prevendo até o senhor Presidente que um dia que os acordos de execução sejam colocados à mercê dos senhores Presidente de Juntas de Freguesia, é bem capaz de haver alguns que preferirão continuar a beneficiar dos trabalhos da Câmara. -----

Quanto às transferências, o senhor Presidente da Câmara confirmou-as para as freguesias de **Tabuaço, Sendim, Pinheiros, Desejosa, Pereiro, Valença do Douro, Chavães e Adorigo** referentes ao ano 2013, de acordo com subsídios que estavam já acordados não falando de 500 euros para Paradela e 12000 euros para Longa, como já aqui foi falado, mas que não foram satisfeitos tendo em conta o alerta da Divisão Financeira e do Departamento Jurídico da autarquia e daí terem ficado pendentes. -----

A senhora deputada **Joana Ribeiro** disse ainda que devia ser entendida a diferença entre subsídios e verbas, ao que o senhor Presidente da Câmara respondeu que o que não é diferente é dinheiro, e podia-se aqui definir conceitos, mas tem de se saber separar e entender o que é prático ou teórico. -----

Como a sua freguesia foi aqui referida, o senhor Presidente de Longa, disse uma vez mais que os 12.000 euros atribuídos pela Câmara Municipal ficariam à disposição da mesma, destinados à intervenção na Casa Mortuária. -----

O senhor Presidente da Assembleia informou o plenário que dado a hora ser já tardia, sugeria que a reunião de abril, tivesse início após o almoço, tendo o senhor deputado **Paulo Mota** dito uma vez mais que não concordava com a marcação e horários destas reuniões, anunciando a sua indisponibilidade para assistir à segunda reunião devido a compromissos profissionais que provocará a sua limitação e presença nessa reunião. -----

O senhor deputado **Luís Aguiar Ferreira** interveio a seguir, para classificar como levandade a decisão em marcar as duas reuniões consecutivas, que contrariam o próprio regimento que obriga pelo mínimo a uma hora de intervalo, porque nesta situação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

entende o senhor deputado, que cada qual pode muito bem decidir ir embora e boicotar a reunião, porque cada membro fica condicionado no tempo. -----

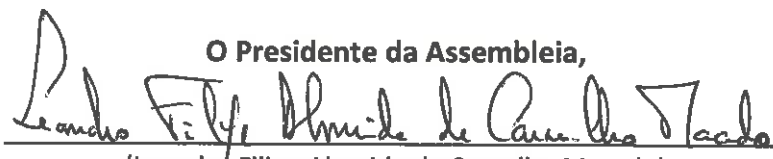
Na sua intervenção seguinte, o senhor Presidente da Câmara referiu que independentemente da lei ou regimento em vigor, cada eleito sabe que deve reservar o dia para estas reuniões e não querendo tirar-lhes a razão dos motivos que invocam, seriam bom que houvesse um pouco de boa vontade, embora respeite as decisões que sejam tomadas. -----

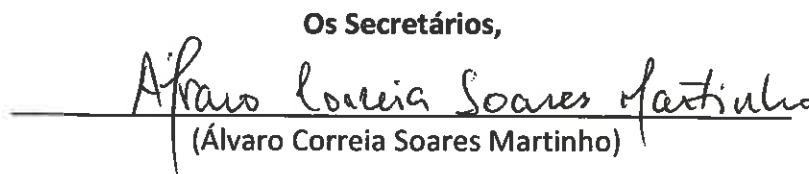
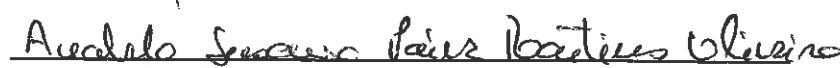
Por sua vez, o senhor Presidente da Assembleia Municipal explicitou quais foram os motivos que levaram à marcação das duas reuniões para o mesmo dia, porque a primeira delas era a continuação da sessão ordinária de fevereiro, que pensou ser sucinta, daí ter solicitado logo no início da reunião alguma brevidade no tratamento do ponto em "Outros Assuntos de Interesse para o Concelho", mas também nada indica que as reuniões não se possam estender pelo dia fora e ainda por uma questão de racionalização do tempo e como todos os membros se encontravam aqui, efetuava-se logo de seguida a reunião da Comissão da Revisão do Regimento da Assembleia Municipal. -----

Foi de seguida pela senhora Secretária Anabela Susana Paiva Oliveira Martins, lida a minuta da ata merecendo dos senhores membros da Assembleia a aprovação por unanimidade. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu os trabalhos por encerrados, quando eram doze horas e trinta minutos. -----

Para que conste e para os devidos efeitos se lavrou a presente ata e para que faça fé e validade, vai a mesma ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários. -----

O Presidente da Assembleia,

(Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo)

Os Secretários,

(Álvaro Correia Soares Martinho)

(Anabela Susana Paiva Martins Oliveira)